

REGULAMENTO ELEITORAL

CAPÍTULO I – DO OBJETO

Art. 1º. Este Regulamento Eleitoral disciplina os critérios e procedimentos gerais e as normas complementares que regerão o processo eleitoral para o preenchimento das vagas destinadas aos representantes dos Participantes e Assistidos como membros titulares e suplentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará (CE-PREVCOM), na forma da legislação vigente e do respectivo Estatuto Social da Entidade, em especial no seu Capítulo VIII – DAS ELEIÇÕES.

CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DOS MANDATOS

Art. 2º. A composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal está determinada, respectivamente, nos art. 19 e art. 29 Estatuto da Entidade.

Art. 3º. Os mandatos dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal são de 4 (quatro) anos, conforme art. 20 e art. 30 do Estatuto da Entidade.

Art. 4º. Os dois membros titulares do Conselho Deliberativo, e seus respectivos suplentes, e os dois membros titulares do Conselho Fiscal, e seus respectivos suplentes, representantes dos Participantes e Assistidos, serão escolhidos por meio de eleição direta entre seus pares, conforme estabelecido no § 5º do art. 19 e no § 4º do art. 29 do Estatuto da Entidade.

Art. 5º. Os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão eleitos para mandatos de 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Ficam ressalvados os casos excepcionais de cumprimento de período remanescente de mandato, na forma definida pelo Estatuto e pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

CAPÍTULO III – DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 6º. O Processo Eleitoral terá início com a constituição da Comissão Eleitoral, pela Diretoria Executiva, e será encerrado com a homologação definitiva do resultado da eleição e sua divulgação no sítio eletrônico da Entidade.

Art. 7º. Os Processos Eleitorais da CE-PREVCOM serão disciplinados pelo respectivo Edital da Eleição, observadas as diretrizes deste Regulamento.

Art. 8º. A eleição ocorrerá em turno único, pelo voto direto e secreto dos Participantes e Assistidos, em gozo de seus direitos estatutários, e cada eleitor poderá votar somente uma vez.

Parágrafo único. O período de votação será de 02 (dois) dias consecutivos.

CAPÍTULO IV – DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS E DAS CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Art. 9º. A eleição para o preenchimento das vagas de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, na condição de representantes dos Participantes e Assistidos, considerará, para cada Conselho, como vencedores do pleito:

I - para vagas abertas de titulares, os candidatos mais votados, na sequência decrescente de votos para o preenchimento dessas vagas de titular; e

II – para vagas abertas de suplentes, após o preenchimento das vagas do inciso I, os candidatos mais votados, na sequência decrescente de votos para o preenchimento dessas vagas de suplência.

Parágrafo único. Havendo qualquer impedimento ou desistência por parte dos candidatos eleitos na forma do *caput*, será considerado eleito o próximo candidato mais votado, e assim por diante, sempre observado o mandamento do *caput* para a definição entre membro titular e membro suplente.

Art. 10. As condições de elegibilidade para a inscrição de candidatura no Processo Eleitoral estarão disciplinadas no Edital da Eleição, conforme normas e requisitos de previdência complementar, observado, no mínimo:

I – exigência de experiência no exercício de atividades em áreas como financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, de atuária, de previdência ou de auditoria, ou outra afim;

II - ausência de condenação criminal transitada em julgado;

III - ausência de penalidade administrativa por infração à legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar, ou como servidor público;

IV - reputação ilibada; e

V – declaração de que as informações prestadas pelo candidato são verdadeiras e de inteira responsabilidade do candidato, sujeitando-se à perda do mandato no caso de comprovação de falsidade ideológica, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

CAPÍTULO V - DO EDITAL DA ELEIÇÃO

Art. 11. O Edital da Eleição disciplinará, no mínimo, sobre:

I – as condições de elegibilidade e requisitos para a participação no Processo Eleitoral;

II – o requerimento de inscrição de candidatura;

III – o termo de responsabilidade de candidatura;

IV – o procedimento e a documentação para a inscrição de candidatura;

V – a impugnação ou homologação de candidaturas pela Comissão Eleitoral;

VI – o sistema de votação, preferencialmente por meios digitais; e

VII - a apuração, os critérios de desempate, a homologação e a divulgação dos resultados da Eleição.

CAPÍTULO VI - DO ELEITOR

Art. 12. Para os efeitos legais deste Regulamento Eleitoral, são considerados eleitores os participantes ativos, autopatrocinados e vinculados, bem como os assistidos, inscritos em planos de benefício até a data da publicação do Edital da Eleição.

§ 1º Nos termos dos Regulamentos dos Planos de Benefícios da CE-Prevcom, considera-se:

I - participante ativo: aquele que, na qualidade de servidor no Patrocinador, venha a aderir ao plano e nele permaneça vinculado;

II – autopatrocinado: aquele que venha a optar pelo instituto do autopatrocínio;

III – vinculado: aquele que tenha optado pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido; e

IV – assistido: aquele participante, ou seu beneficiário, em gozo de benefícios de prestação continuada na forma assegurada pelo respectivo Plano.

§ 2º O exercício do voto é facultativo.

CAPÍTULO VII – DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 13. A Comissão Eleitoral regulará todo o Processo Eleitoral, garantindo, por todos os meios democráticos, a lisura do pleito e as condições de igualdade de tratamento para todos os concorrentes.

Art. 14. A Comissão Eleitoral será composta por três membros, devendo ser observada a seguinte distribuição:

I. 02 (dois) indicados pela Diretoria Executiva;

II. 01 (um) indicado pelos representantes dos Participantes e Assistidos no Conselho Deliberativo, na data de composição da Comissão Eleitoral, dentre o grupo de Participantes e Assistidos e desde que não esteja concorrendo como candidato no pleito.

§ 1º É vedada a participação de candidatos, seus cônjuges ou companheiros e parentes até o 2º. grau para tratar da organização e realização das eleições.

§ 2º As deliberações da Comissão Eleitoral, a serem adotadas por maioria simples, serão registradas em atas ou documentos destinados a esse fim, os quais serão assinados pelos membros presentes à reunião e anexadas aos autos do respectivo Processo Eleitoral.

§ 3º O Diretor Presidente indicará o Presidente da Comissão Eleitoral, que determinará os encargos dos demais membros da Comissão.

Art. 15. Compete à Comissão Eleitoral, entre outras atribuições:

I – elaborar o Edital da Eleição e o respectivo cronograma eleitoral que deverá conter as informações referentes ao Processo Eleitoral;

II – conduzir o Processo Eleitoral segundo as normas estabelecidas neste Regulamento Eleitoral, assim como promover e acompanhar a distribuição de todo material institucional necessário ao pleito;

III – elaborar e divulgar aos Participantes e Assistidos eventuais comunicados referentes ao Processo Eleitoral;

IV – receber e analisar os requerimentos de inscrição dos candidatos concorrentes ao pleito eleitoral e a documentação apresentada, conforme requerida no Edital da Eleição;

V – apreciar e deliberar sobre impugnação de candidatos, conforme o estabelecido neste Regulamento;

VI – homologar as inscrições de candidatos que tenham atendidos a todos os requisitos e exigências contidos na legislação aplicável e neste Regulamento;

VII – comunicar formalmente ao candidato inscrito eventuais irregularidades constatadas na documentação apresentada;

VIII – esclarecer as dúvidas suscitadas com relação às Eleições, dando ampla publicidade às perguntas e correspondentes respostas;

IX – homologar o resultado final imediatamente após o encerramento da apuração dos votos, de acordo com o cronograma anexo ao Edital, e dar ampla publicidade ao referido resultado; e

X – analisar e deliberar sobre eventuais casos omissos referentes às normas e não previstas neste Regulamento, facultando-se o envio à Diretoria Executiva para ratificação.

Parágrafo único. A condução dos trabalhos da Comissão Eleitoral competirá ao seu Presidente.

Art. 16. A Comissão Eleitoral terá prazo de 30 (trinta) dias, a partir da posse dos eleitos, para complementar e encerrar os aspectos formais e documentais referentes ao processo, que será encaminhado à Diretoria Executiva para arquivamento na CE-Prevcom.

Art. 17. A Comissão Eleitoral estará automaticamente dissolvida com a posse dos eleitos.

Art. 18. A Diretoria Executiva prestará o apoio logístico necessário às atividades referentes ao Processo Eleitoral, em especial no que se refere a instalações, equipamentos, sistemas e materiais imprescindíveis ao funcionamento da Comissão Eleitoral.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Não haverá reembolso de quaisquer despesas dos candidatos por parte da CE-Prevcom.

Art. 20. As dúvidas e os casos omissos neste Regulamento Eleitoral serão resolvidos em caráter definitivo pela Comissão Eleitoral, através de instruções complementares, aplicando-se, subsidiariamente, a legislação eleitoral em vigor, facultando-se a formulação de consultas por parte da Comissão Eleitoral para a Diretoria Executiva.

Art. 21. As alterações deste regulamento deverão ser aprovadas pelo Conselho Deliberativo da CE-PREVCOM.

Art. 22. Não havendo o registro da candidatura de pelo menos 01 (um) titular e 01 (um) suplente para cada vaga ou não havendo a posse de candidato eleito, o Conselho Deliberativo deverá estabelecer medidas necessárias para a continuidade dos trabalhos dos Colegiados, de modo a não prejudicar o atingimento da missão institucional da Entidade.

Art. 23. O Processo Eleitoral realizado pela Entidade na forma deste Regulamento permanecerá válido até que sobrevenha outro processo eleitoral subsequente, podendo os conselhos serem recompostos, observada a exata sequência decrescente de candidatos

mais votados ao menos votado, desde que verificado o cumprimento de todos os demais requisitos de elegibilidade estabelecidos no Processo Eleitoral.

Art. 24. Havendo candidatos votados e não eleitos para a quantidade de vagas ofertadas para o Conselho Deliberativo e remanescendo vaga aberta para o Conselho Fiscal, e vice-versa, a Comissão Eleitoral consultará os candidatos votados e não eleitos, em ordem decrescente de votos, para se manifestarem expressamente por seu interesse em ocupar a vaga aberta no outro Conselho, desde que verificado o cumprimento de todos os demais requisitos de elegibilidade estabelecidos na legislação de previdência complementar.

Art. 25. Este Regulamento Eleitoral entra em vigor na data de aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Aprovado na 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da CE-Prevcom, realizada no dia 25/11/2022 e atualizado após a publicação da Portaria PREVIC n.º 859, de 26 de setembro de 2023, que aprovou as alterações propostas para o Estatuto da Entidade em atenção a Instrução PREVIC nº 45, de 13 de julho de 2022 – Anexo II, inciso I, alínea c.

Victor Hugo Magalhães Alexandre
Conselheiro Deliberativo Titular
Presidente